

Sinal verde para a reforma Administrativa é sinal vermelho para o Brasil

Os servidores públicos federais foram surpreendidos no final da semana passada com a notícia de que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teria dado sinal verde para que a Reforma Administrativa - que reflete o desgoverno de Bolsonaro e a péssima gestão de Guedes - possa ser discutida no Congresso Nacional como defende o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

Lutar contra a Reforma Administrativa foi um dos compromissos de campanha assumidos pelo presidente Luiz Inácio Lula.

O Presidente sempre alegou ser contra a PEC 32/20 que representa um verdadeiro ataque aos serviços públicos brasileiros. A busca pela retirada da PEC 32/20 da pauta de votação está, inclusive, entre os compromissos assumidos com os servidores federais e está formalizada em cláusula.

Lula por inúmeras vezes deve posição firme na defesa dos serviços públicos e contra a reforma Administrativa. O presidente defendeu que o Brasil precisa de mais serviço público de qualidade, e “a qualidade está umbilicalmente ligada” à valorização de servidores e servidoras.

Mas a pressão pela aprovação da PEC 32/20 vem aumen-



tando por parte do presidente da Câmara que sempre defendeu a proposta, apesar de muitos especialistas considerarem a pior peça sobre Administração Pública já enviada ao Congresso. Ao conseguir apoio de 23 frentes parlamentares Lira subiu o tom e disse que "por bem ou por mal" o governo teria que entrar nessa discussão.

Se para os servidores a PEC 32 é uma tragédia, para a população é muito pior. Na prática, a proposta acaba com concursos públicos e substitui servidores que ingressam pela porta da frente por contratos temporários de até 10 anos, facilitando a entrada de apadrinhados nos muni-

cípios, estados e na União, piorando a qualidade dos serviços públicos e multiplicando cabides de emprego para cabos eleitorais. Essa proposta sequer representa economia para a União como querem fazer acreditar seus defensores que olham para interesses de empresas privadas que passariam a lucrar com a ausência do Estado na prestação de serviços essenciais à população.

Por essas e outras, um sinal verde para a reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes é um grande sinal vermelho para o Brasil!

Com informações repassadas pela Condsef.



Grito dos Excluídos 2023 em São Paulo terá ato e marcha na capital

Diversas manifestações ocorrem na capital, litoral e interior paulista no dia 7 de setembro para discutir problemas que afetam a vida da população mais pobre.

Matéria completa em Cut.org.br

UFMA lança edital para cargo de Tutor nos cursos Tecnólogo e Especialização EAD

A Universidade Federal do Maranhão, por meio da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), abre Processo Seletivo Simplificado para Tutor nos cursos de nível Tecnólogo e Especialização, na modalidade de educação a distância. As inscrições são gratuitas e ocorrerão até o dia 28 de setembro por meio do Sistema de Seletivos da DTED-UFMA.

O Processo Seletivo visa à formação de cadastro de reserva para tutores no curso Tecnólogo em Tecnologia em Gestão da Qualidade e das especializações em Ensino da Matemática no Nível Médio, Análise de Dados

e Inteligência Artificial, Gestão Estratégica de Pessoas na Era Digital e Tecnologias Digitais em Ambientes Educacionais.

Público-alvo - Podem participar do seletivo professores da UFMA ou de outra Instituição de Ensino Superior comprovando ter experiência de, no mínimo, um ano no ensino básico ou superior, com formação mínima de Graduação; formação na área da tutoria desejada; disponibilidade de 20h semanais; residir no Maranhão; entre outros requisitos descritos no edital.

A avaliação dos candidatos consistirá em análise curricular, com prova de títulos. A relação

com o resultado final do Processo Seletivo será divulgada no site no dia 17 de outubro de 2023.

Ao compor a equipe do Curso, o professor será bolsista no programa Universidade Aberta do Brasil (UAB-UFMA), com bolsas pagas pela CAPES, no valor de R\$ 1.100,00.

Leia na íntegra o Edital Nº40/2023- DTED-UFMA - portalpadrao.ufma.br - antes de efetuar a inscrição e certifique-se de que preenche todos os requisitos exigidos no Processo Seletivo.

Fonte: UFMA

Lei do Piso: ministros do STF votam contra embargos de governadores

Os trabalhadores e as trabalhadoras da educação pediram e seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atenderam: o Piso Nacional Profissional do Magistério está protegido na Corte, pelo menos até agora.

Na última sexta-feira (1º), a maioria do Supremo rejeitou os embargos de declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4848 (ADI), que trata do critério de atualização do piso do magistério definido no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738/2008.

Acompanharam o voto do relator Luís Roberto Barroso, os ministros Alexandre de Mo-

raes, Dias Toffoli e Edson Fachin e as ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber. Apesar de já ter maioria formada no STF para a decisão (a Corte tem 11 ministros), o julgamento ainda não terminou. A discussão deve ser encerrada até a próxima segunda-feira (11), data limite para receber os votos.

Relembre o caso

Governadores de seis estados ingressaram, em 2012, com uma ação contra o artigo 5º da Lei do Piso, que estabelece seu reajuste anual.

No mesmo ano, o então ministro do STF Joaquim Barbo-

sa negou a liminar, ressaltando que "a previsão de mecanismos de atualização é uma consequência direta da existência do próprio piso".

Em 2021, a ADI nº 484 foi julgada improcedente pelo Supremo, que estabeleceu que a norma que prevê a atualização do Piso é constitucional.

A partir daí, governadores entraram com embargos de declaração, alegando omissão especialmente relacionada à forma de complementação da União aos estados e municípios que comprovarem a impossibilidade de pagar o valor do piso.

Fonte: CUT